

O senador e o professor, criticando.

Uma crítica e uma explicação para a crise econômica brasileira. Em palestras pronunciadas ontem o empresário e senador (PDS-SE) Albano Franco e o economista Lauro Campos analisaram a mesma questão por ângulos diferentes: o primeiro criticando e pedindo medidas urgentes para dominar a crise e o segundo procurando explicações sociológicas e até históricas para a mesma crise.

Falando em Porto Alegre numa reunião da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Albano Franco, que é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse que a atual política econômica, "antes de ser insensata, é injusta. Ela devasta e desacredita o capital produtivo — que cria riqueza, salário, tributo e conforto — e privilegia a especulação — que não faz investidores idôneos, mas agiotas sinistros".

Albano Franco não acredita em mudanças na política econômica ainda no governo Figueiredo, mas na sua opinião o próximo governo — seja ele qual for — terá necessariamente de voltar-se para a reativação e a sustentação do mercado interno, estimulando a demanda

através dos aumentos de salários e resolvendo a questão da dívida interna, que, segundo ele, impõe as altas taxas de juros.

— O Decreto-Lei 2.065 perdeu o sentido. Uma das causas para sua vigência era a inflação, mas está comprovado que os salários não são os grandes responsáveis pelos altos índices inflacionários. Além do mais, nem as empresas privadas nem as estatais estão cumprindo o estabelecido no decreto.

O presidente da CNI anunciou que a entidade promoverá em novembro, no Rio, um encontro nacional de indústrias para definir um programa mínimo de sugestões a serem levadas aos dois candidatos à Presidência da República.

"Quatro crises"

Já em Brasília, num ciclo de palestras para comemorar o Dia do Economista, o professor Lauro Campos, da UnB, apontou quatro causas para a crise econômica brasileira, sugerindo que elas se superpõem: a crise do excesso de acumulação, a crise das indústrias voltadas para o luxo (automóveis, televisores, etc.), a crise do governo e das finanças públicas (INPS, sobrecar-

ga das estatais, etc.) e a crise da dívida externa.

Campos refutou a tese de que a causa da crise são as altas taxas de juros, argumentando que, mesmo no caso de elas serem reduzidas, não haveria maiores investimentos nas atuais circunstâncias. Historiando o que para ele seriam as causas, o economista lembra o período do governo JK, quando se deu grande estímulo à entrada de capitais estrangeiros no País. E cita o período pós-64, quando, diz ele, criou-se um processo de concentração de renda através do arrocho salarial e do uso da força.

— A partir daí, o processo de acumulação se retoma e entramos na fase do milagre econômico. A acumulação na esfera governamental, a acumulação do capital estrangeiro, a acumulação de terras que viram capital, a acumulação de capital nas estatais, a esse processo geral de acumulação se somam gastos crescentes do governo, a partir de 73, com a crise do petróleo. A partir daí, a dívida pública começa a crescer e passa a preparar as bases para a grande crise das finanças públicas que vivemos hoje.